



ASPECTOS HISTÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL ATÉ 1963

*Márcia Cicci Romero*¹

*Sônia Maria dos Santos*²

Eixo temático: 2. Alfabetização e história

Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo a alfabetização. Para compreendermos como o tema da alfabetização foi discutido no país, realizamos uma breve análise histórica para entendermos como se deram as Campanhas de erradicação do analfabetismo. Foi com a Proclamação da República em 1889 que a sociedade começou a preocupar-se com a escola enquanto uma instituição de aprendizagem, visto que era necessário esse lugar moderno para a nova nação. Diante esse cenário, àqueles que sabiam ler e escrever eram os indivíduos que eram esclarecidos e caminhavam de mãos dadas com a modernidade. Até então, não havia sido criado um sistema de educação que suprissem às demandas da modernidade. O presente artigo tem por base uma metodologia exploratória e bibliográfica. Este artigo tem o objetivo de realizar uma análise histórica da educação para refletir e ressaltar a relevância da alfabetização de jovens e adultos desde a tentativa de uma organização do sistema nacional de ensino no Brasil. Por isso estudar sobre um pouco sobre o apanhado histórico da educação e a alfabetização no Brasil nos trouxe como resultado a importância da notoriedade da alfabetização de jovens e adultos. Concluímos, que desde a sua tentativa de organizar o sistema nacional de ensino no Brasil, vimos que diversos educadores se empenharam para que o analfabetismo fosse erradicado, desde com as reformas de Sampaio Dória como com as de Lourenço Filho, esse último foi vital na luta contra o analfabetismo.

Palavras-chaves: Alfabetização; Leitura; Educação; Jovens; Adultos.

Introdução

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: marciacromero@yahoo.com.br

²Professora Titular aposentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Contato: soniaufu@gmail.com

Foi com a Proclamação da República em 1889 que a sociedade começou a preocupar-se com a escola enquanto uma instituição de aprendizagem, visto que era necessário esse lugar moderno para a nova sociedade. Esse lugar seria muito importante para que a modernização se concretizasse. Diante esse cenário, àqueles que sabiam ler e escrever eram os indivíduos que eram esclarecidos e caminhavam de mãos dadas com a modernidade. Nessa nova realidade, era imprescindível que não apenas os filhos da classe abastada dominassem a leitura e a escrita, era preciso que todos tivessem acesso e era a escola o lugar em que esse aprendizado ocorreria. Estava nítido a ideia de que para o país desenvolver-se em todos os âmbitos, era necessário que houvesse investimento na educação e no desenvolvimento cultural para que o econômico também se aprimorasse. Até então, não havia sido criado um sistema de educação que suprissem às demandas da modernidade. Desse modo, a desorganização que se encontrava o sistema educacional era causada pela indefinição dos “fins da educação o (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação”.

Desse ponto de vista, os processos de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresentam como um momento de passagem para um mundo novo — para o Estado e para o cidadão —: o mundo público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um mundo novo que instaura, enfim, novos modos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir. (MORTATTI, 2006, p.3)

A ideia de escola laica foi advinda da elite que ajudou a organizar a nova sociedade. Ela deveria ser pública para que o povo pudesse exercer a soberania, assim dizendo, exercer a liberdade pública.

A preocupação do governo em propor um sistema nacional de ensino, veio com a Reforma Couto Ferraz em 1854. Essa reforma propunha que o ensino fosse ligado à prática e que a instrução pública fosse obrigatória a todos. Os pais de crianças que não matriculassem seus filhos, poderiam receber multas. A escola enquanto um lugar de aprendizagem, seria o local onde a ignorância seria deixada para trás e a luz seria derramada. A seriação seria empregada, sendo a sua base o ensino primário e o ensino simultâneo.

É importante salientar sobre a reforma de Sampaio Dória, já em 1920 tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo. Ele implantou uma escola primária obrigatória e gratuita a todos da qual a primeira etapa teria a duração de 2 anos. Assim, ele acaba convidando diversos professores para iniciar a sua reforma, entre eles, Lourenço Filho. É através desse movimento que a Lei nº 1750 será sancionada em dezembro de 1920, visto que seria criada uma escola com o objetivo de alfabetizar.

Circulava a representação de que apenas resolvendo o problema do analfabetismo o Estado de São Paulo e o Brasil poderiam regenerar e civilizar os filhos do homem comum e, para tanto, era imprescindível atentar-se para o aperfeiçoamento da formação de professores, os responsáveis pelo ensino primário. (HONORATO, 2017, p.4)

Dando importância a esse cenário, é que podemos compreender a importância da alfabetização, uma vez que ela estava ligada intrinsecamente ao mundo do trabalho, com a substituição da escravidão com o trabalho assalariado. Um fator que foi decisivo para com a preocupação do governo com os iletrados, eram as eleições, pois todos deveriam estar alfabetizados para que pudessem votar. É em 1930 que a educação de jovens e adultos ganha impulso no Brasil, com o crescimento da industrialização era necessário que todos soubessem ler e escrever.

2 Fundamentação teórica

A importância do educador Lourenço Filho fica nítida a partir desse momento. Monarcha (2010) destaca que para compreendermos melhor como se deu o início da vida pública e profissional, que foi importante assinalar o fato de que nos anos 1910 o nacionalismo/patriotismo encontrava-se nas campanhas contra o analfabetismo e a defesa da ação social pela escola.

Lourenço Filho acreditava que era a instituição da escola pública que seria a responsável por eliminar o analfabetismo no Brasil e era categórico ao expor e defender que deveria ser criado um congresso nacional que propusesse alternativas para que o analfabetismo fosse driblado.

É o Recenseamento Federal de 1920 que vai apontar os números alarmantes do analfabetismo nacional, sendo vinte e quatro milhões de brasileiros iletrados. É conveniente destacar que a Constituição Estadual de 1891 priorizava a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, no entanto, somente a laicidade tinha entrado em vigor.

A década de 1920 foi impulsionada pelas ideias dos educadores em divulgar e promover uma escola pública renovada com novas metodologias e princípios pedagógicos. O movimento que ficou conhecido como “Escola Nova”, propunha colocar a criança no centro da aprendizagem, da qual o aluno poderia observar e agir sem regras impostas pelo professor, de outro modo, o aprendizado ocorreria a partir do interesse do aluno (autonomia) por um determinado assunto.

Lourenço Filho fez parte do “movimento da Escola Nova brasileira” iniciada na década de 1920. Esse movimento foi originado na insatisfação dos intelectuais da época que acreditavam ser a escola pública, laica e gratuita, a instituição que poderia alavancar o desenvolvimento de nossa nação. Ele permaneceu até 1931 no cargo de diretoria geral da instrução pública. Diante de tal cenário é que ia consolidando-se como um intelectual da educação com poder e autoridade administrativa.

Foi no governo de Getúlio Vargas, que o então presidente convocou os intelectuais da educação da época, como Francisco Campos, a pensarem a educação e proporem soluções. Assim, o documento intitulado de “A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao governo” foi criado por intelectuais. Diante essa perspectiva, é que o Brasil vai passar por uma reconfiguração no seu sistema educacional com o documento intitulado “Movimento dos Pioneiros da Educação Nova”, apontando alterações nas políticas sociais para que os problemas educacionais fossem resolvidos. A transformação educacional ocorreria nos países vizinhos e os intelectuais da educação sentiram a necessidade de reconstruir o sistema educacional de ensino, para que o país pudesse progredir e continuar se desenvolvendo.

Azevedo et. Al (2010) vai apresentar os fins da educação, através da “concepção de vida”, que é definida por cada época, através da filosofia de vida, e conseqüentemente, na estrutura em que a sociedade está pautada. Cada classe social de uma dada sociedade terá diferentes “concepções de mundo”, partindo da sua realidade.

A questão primordial das finalidades da educação gira, pois, em torno de uma concepção da vida, de um ideal, a que devem conformar-se os educandos, e que uns consideram abstrato e absoluto, e outros, concreto e relativo, variável no tempo e no espaço. Mas, o exame, num longo olhar para o passado, da evolução da educação através das diferentes civilizações, nos ensina que o “conteúdo real desse ideal” variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época, extraindo sua vitalidade, assim como sua força inspiradora, da própria natureza da realidade social. (AZEVEDO ET. AL, 2010, p.40)

Nesse sentido, fica claro que é através da educação nova, onde o indivíduo poderia desenvolver as suas aptidões independentes da sua classe social. A escola tradicional estava vinculada à uma concepção de mundo burguesa. Azevedo (et al,2010), defendia que a nova ideia de educação, seria pautada numa escola socializada, vinculada ao trabalho, da qual considera o trabalho a melhor ferramenta para compreender a realidade, sendo organizada através dos “homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação”. É defendida veementemente a ideia de que é o trabalho a maior escola onde o indivíduo poderá ter o seu caráter formado, a sua moral.

Em 1940, quando os debates em torno da educação estavam exaltados, Lourenço Filho publica através da Biblioteca de Educação, o livro “Tendências da educação brasileira”, que tinha como conteúdo “dados objetivos para a condução científica da educação nacional”. A modernização que o Estado Novo trouxe, foram:

(...)os fundamentos da educação educacional com a decretação das leis orgânicas, que norteariam o ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola até 1961, data de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (MONARCHA, 2010, p.91)

Já Colavitto, Arruda (2014, p.4):

Em 1.945 com o fim da ditadura de Vargas, o país começou a viver uma grande ebulição política, e certamente isso fez com que a sociedade passasse por grandes crises. Foi um momento que surgiu muitas críticas aos adultos analfabetos, fazendo com que muitas dessas pessoas desanimassem, e parassem de acreditar na possibilidade de existir um ensino de qualidade.

A questão do analfabetismo ganha novamente foco a partir de 1946, quando Lourenço Filho é nomeado para a direção do Departamento Nacional de Educação, para que pudesse pensar e propor estratégias para lutar contra o analfabetismo. Todas as organizações movimentar-se-iam para sanar o analfabetismo e, em 1948 a ONU proclama a Declaração dos Direitos Humanos e, em um de seus artigos declarava que “Toda pessoa tem direito à instrução”. Lourenço Filho chegou a publicar cartilhas de alfabetização, uma delas a “Ler”, que tinha como princípio o método silábico, e teve sucesso, tanto que tiveram cinco milhões de exemplares. A partir daí tudo envolveria a luta pela defesa da escola pública, chegando Carlos Lacerda a proclamar um Substitutivo, para “estudo da Comissão de Educação e Cultura”, que colocava privilégios ao ensino privado, assim, os renovadores da educação, juntaram-se para escrever outro na defesa da escola pública, combatendo às ideias de Carlos Lacerda, assim é em 1959 que um novo Manifesto é redigido com o título de “Mais uma vez convocados”.

3 Metodologia

Esse artigo possui uma metodologia exploratória e bibliográfica e tem como objetivo realizar uma análise histórica da educação para refletir e ressaltar a importância da alfabetização de jovens e adultos desde a tentativa de uma organização do sistema nacional de ensino no Brasil.

4 Resultados e Discussão

Em 1947, o governo através do Ministério da Educação e Saúde criou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) que propunha a alfabetização dessas pessoas tanto das áreas urbanas como rurais. O Ministério se empenhou em disponibilizar todos os recursos para que a campanha obtivesse êxito, tanto com as instalações físicas como com a contratação de professores habilitados.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. Foi organizada uma ampla estrutura administrativa apta a mobilizar nos estados da federação recursos administrativos, financeiros, pedagógicos e doutrinários. A União teve um forte papel indutor, cabendo às unidades federadas a contratação de docentes, instalação das classes,

matrícula dos alunos e supervisão das atividades desenvolvidas. (COSTA; ARAÚJO, 2011, p.1)

É importante frisar que foi Lourenço Filho o diretor da CEEA de 1947 a 1950. O movimento da Escola Nova foi importante por dar um impulso na CEEA. Grande parte da população era analfabeta e era necessário que a população rural que então migrava para a zona urbana devido a industrialização e a urbanização estivesse alfabetizada. Para combater o analfabetismo a sociedade se empenhou ao máximo para que fosse erradicado.

[...] teve grande penetração em praticamente em todos os estados da federação. Com firme coordenação Lourenço Filho, estabeleceu convênios com muitas secretarias dos estados e municípios. Não se limitou a atuar nas capitais, atingiu muitas cidades do interior. Significou, ao mesmo tempo um movimento de alfabetização de adultos e um movimento de extensão da escolarização do meio rural. (FÁVERO, 2005, p.3)

A CEEA teria incentivo, além do Estado, ajuda de instituições privadas. O trabalho dos professores seria mediado através de um material elaborado de forma padronizada que pudesse ser aplicado em todo o território nacional.

No que diz respeito ao primeiro objetivo, ou seja, a alfabetização de adolescentes e adultos, a implantação da nova rede de escolas supletivas feitas pela CEEA foi acompanhada de uma série de providências com a finalidade de garantir orientações e instruções para padronizar os trabalhos docentes nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, bem como dos colaboradores voluntários da iniciativa privada, das entidades paraestatais e dos órgãos oficiais. (...) O setor de Orientação pedagógica do Serviço de Educação de Adultos (SEA), do Ministério da Educação e Saúde, elaborou um currículo especial - cartilhas, jornais, folhetos e textos para serem distribuídos em larga escala, por todos os cursos do país. Entre todas as publicações (COSTA; ARAÚJO, 2011, p.4)

Lourenço Filho vai colocar a Campanha em dois patamares. O primeiro atrelado a um objetivo social e o outro a um individual. O social seria ligado à organização da vida coletiva e em relação ao individual, priorizava uma educação que pudesse desenvolver a personalidade. Nesse sentido, a educação era a ferramenta que seria utilizada para sanar as falácias do trabalhador, atendendo que para se adequar a nova sociedade, era imprescindível que soubessem ler e escrever.

Por ter tido êxito, Lourenço Filho elaborou uma segunda campanha que também tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo. Seria a CNER, Campanha Nacional de Educação Rural elaborada em 1948. Essa nova campanha estava ligada ao Ministério de Educação e Saúde e o da Agricultura.

Uma das metas da nova campanha não era somente oferecer alfabetização as pessoas da roça, aos excluídos, mas sobretudo, transformar sua realidade socioeconômica, proporcionando condições de saúde, trabalho e produção, tendo em vista, que se a população é instruída, bem informada, ela pouco adocece. O trabalho e produção estão ligados diretamente ao fator de sobrevivência das pessoas que estavam precisando ser alfabetizadas. (LOPES; SILVANA; DAMASCENO, 2016, p.154)

Essa nova campanha foi maior que a CEAA, no sentido que os professores deveriam residir na comunidade em que trabalharia. O veterinário seria o outro profissional que deveria estar dentro da comunidade, sendo acessível àquela população, vide que além da alfabetização, essas pessoas deveriam ter acesso à saúde, ao lazer e à cidadania.

Lourenço Filho tinha mais recursos com essa nova campanha, conseqüentemente mais materiais para que a população da comunidade rural não só fosse alfabetizada, mas também imbuída de recursos para que fosse educada.

A terceira campanha de erradicação do analfabetismo foi a CNEA (Campanha Nacional de Erradicação do analfabetismo). Essa nova campanha implantada nos anos 50, foi muito importante não só pela discussão da erradicação do analfabetismo, mas principalmente por discutir sobre a alfabetização de jovens e adultos. Essa campanha não apenas alfabetizaria, como também significaria para seus participantes, possibilidades de uma mudança de vida.

5 Considerações Finais

Tendo em vista a importância da alfabetização, compreendemos que desde que o Brasil começou a tentar organizar o seu sistema de ensino, era fundamental que as primeiras letras fossem dominadas pelas crianças, primeiramente com a elite e, em seguida, logo após a abolição da escravidão, pelos homens livres, visto que o país queria atingir a modernidade e era inaceitável que tivessem pessoas que não soubessem ler e escrever.

Desde a sua tentativa de organizar o sistema nacional de ensino no Brasil, vimos que diversos educadores se empenharam para que o analfabetismo fosse erradicado, desde com as reformas de Sampaio Dória como com as de Lourenço Filho. Esse último foi vital na luta contra o analfabetismo, destacando a importância da última campanha de alfabetização, o CNEA (Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo), principalmente por evidenciar a importância que jovens e adultos pudessem ser alfabetizados e tivessem perspectiva de melhoras de vida.

Referências

AZEVEDO, Fernando de (et. al.). **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p.33-99.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, A. L. M. M. Educação de jovens e adultos (EJA): a importância da alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, p. 1-28, 2014.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda Cardoso de. A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950): a arte da guerra. **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**, v. 25, p. 01-09, 2011.

FÁVERO, Osmar. Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966). **Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de**, v. 5, 2005.

HONORATO, Tony. A Reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. **Educação & Realidade**, v. 42, p. 1279-1302, 2017.

LOPES, Edjonas Silvana; SILVANA, Francimária Sousa Santos; DAMASCENO, Eronilda Gomes. Campanhas de Educação de Jovens e Adultos-EJA: Aspectos Históricos e Avanços. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 32, p. 147-163, 2016.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p.13-111.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**, p. 1-16, 2006.